

JORNAL DO SINDICATO

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

DIREÇÃO 2011/2014 ■ DEZEMBRO/2011

SINDEMA
CUT

Em 2011 travamos árduas batalhas na defesa dos direitos, por respeito e valorização da nossa categoria.

Despedimo-nos deste ano com esperança e muita disposição para construção de dias melhores para todos/as.

Feliz
2011 2

VEJA NESTA EDIÇÃO:

Queremos vale refeição para todos - **pág. 2**

Atenção para os descontos de imposto de renda - **pág. 3**

Retrospectiva 2011 - **págs. 4 e 5**

CNS declara apoio às 30 horas para a enfermagem - **pág. 6**

ETCD: Solidariedade aos demitidos - **pág. 7**



Queremos providências objetivas e imediatas da Prefeitura para solucionar ambos os problemas.

BRONCA

Vale Refeição e Vale Alimentação

Mistério das licitações continua...

Por que a SP Alimentação continua nos refeitórios da Prefeitura? Por que só R\$ 150,00 no cartão alimentação? Quais os motivos que levam a tanta lentidão e falta de vontade de fazer a licitação e resolver problemas simples?

Observem que no Acordo a Prefeitura diz que “dará continuidade ao processo licitatório” para mudança nos atuais refeitórios. Este acordo foi assinado em agosto e até agora nem sinal das mudanças e tão pouco da licitação.

O mesmo ocorre em relação ao cartão alimentação que apesar ter aumentos desde 2007, já está em 203,00, mas a Prefeitura enrola e empurra a licitação indefinidamente.

Queremos providências objetivas e imediatas da Prefeitura para solucionar ambos os problemas.

Vale Refeição para todos/as!

A quantidade de projetos de lei que a Prefeitura tem enviado à Câmara criando novas despesas é um sinal de que a situação financeira melhorou. Começaremos o ano discutindo o item que se refere ao vale refeição e a extensão do benefício para todos.

Veja abaixo a cláusula do Acordo Coletivo referente ao vale refeição:

Do Vale Refeição: A PREFEITURA fornecerá vale refeição mensal para os ocupantes de cargos e empregos públicos das referências salariais 1, 2, 3 e 4 a partir de outubro de 2011. Cada servidor receberá R\$ 6,00 por dia, perfazendo um total de R\$ 132,00 referente a 22 dias/mês. Os servidores ocupantes de cargos e empregos públicos das referências salariais 1, 2, 3 e 4 que optarem por utilizar o restaurante da PREFEITURA pagarão R\$ 6,00 por refeição. Considerando que o benefício não se estende a todos os servidores, a PREFEITURA **dará continuidade ao processo licitatório que prevê mudanças, ampliação e melhorias da alimentação nos seus refeitórios.**

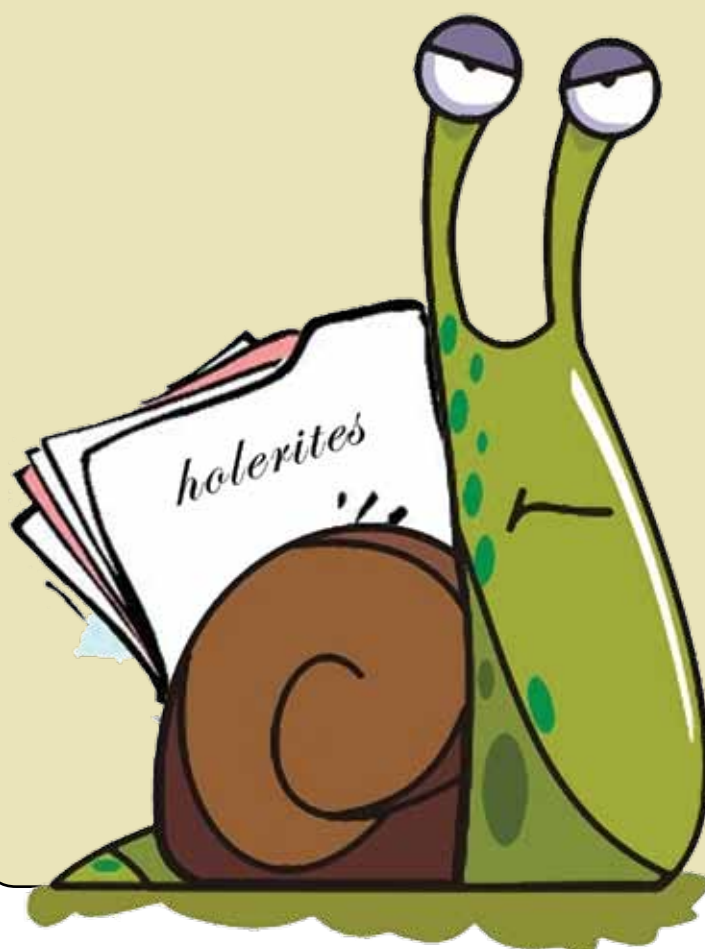
A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ainda se compromete a estabelecer em conjunto com o SINDICATO um grupo de estudo para elaborar uma proposta que contemple a avaliação do sistema de refeições fornecida nos refeitórios próprios, **bem como da possibilidade de implantação gradativa do benefício vale refeição aos demais servidores, de acordo com as possibilidades financeiras.**

Atraso na entrega dos holerites irrita servidores/as

É impressionante como a Secretaria de Gestão de Pessoas consegue não dar conta do mínimo em respeito aos/as trabalhadores/as: entregar os holerites na data do pagamento. Os atrasos de dois ou três dias sempre foram constantes, mas agora estão passando dos limites e em alguns locais de trabalho os comprovantes estão chegando com mais de 10 (dez) dias de atraso.

Receber o comprovante de pagamento em dia é direito de todo/a trabalhador/a, pois além da necessária conferência dos valores recebidos, trata-se de um documento essencial para compras a crédito.

Dizem que isto está ocorrendo porque o Secretário não deixa soltar os holerites sem anexar o boletim de propaganda “Direto com Você”, que sempre atrasa, atrasando a vida do servidor.



Imposto de Renda de servidores municipais

Do seu salário direto para os cofres das Prefeituras

Em 2011, a Prefeitura já arrecadou mais de 17 milhões dos nossos salários

Diferente dos/as trabalhadores/as da iniciativa privada, cujos descontos de imposto de renda retido na fonte vão para a Receita Federal, os servidores públicos municipais tem este imposto recolhido diretamente para os cofres das Prefeituras. É o que determina a Constituição Federal.

Neste ano a Prefeitura já recolheu mais de 17 milhões de reais diretamente dos salários dos/as trabalhadores/as.

Nos meses de fevereiro, junho e setembro a arrecadação maior do que nos outros meses.

Em fevereiro porque recebemos a última parcela do abono compensatório (Acordo 2010). Em setembro porque recebemos R\$ 400,00 de abono (Acordo 2011).

Em junho a arrecadação de imposto de renda da Prefeitura cresceu porque descontou **indevidamente** dos trabalhadores/as que aderiram à greve. Ou seja, usaram de artifícios para tirar dinheiro dos salários e aumentar a arrecadação da Prefeitura.

Este foi sem dúvida, um dos piores dos atos já cometidos contra os/as funcionários/as da Prefeitura. Usaram de artifício “legal”, e cometeram uma imoralidade ao descontar muito mais do que era devido. Ao analisarmos comprovantes de pagamentos entregues por estes servidores no Sindicato foi possível constatar que foram vítimas de uma vergonhosa operação que teve como resultado a redução dos seus vencimentos, com estes valores sendo passados diretamente para os cofres da PMD. Ou seja, uma armadilha que montaram para prejudicar os trabalhadores e transferir recursos dos salários para a Prefeitura.

É inadmissível: Outros erros constantes no pagamento geram pagamento de imposto de renda a mais

O desconto de imposto de renda indevido e imoral que a Administração fez em junho, trouxe à tona uma série de outros problemas que tiram dinheiro do salário os/as trabalhadores/as e aumentam a arrecadação da Prefeitura.

Em outras circunstâncias, a Secretaria de Gestão de Pessoas vem adotando práticas que acabam também por onerar seus/suas servidores/as em função de erros e falta de agilidade administrativa. De forma desrespeitosa, alegam que depois (anos depois) os servidores recebem restituição da receita federal!

A mesma “agilidade”, que demonstram quando querem realizar descontos e prejudicar os/as trabalhadores/as não acontece para corrigir erros ou realizar pagamentos, conforme exemplos que seguem:

- geração de “folha de pagamento complementar” aos/as servidores visando ressarcir-los de descontos indevidos, não pagamento de horas extras devi-

das, atraso no pagamento dos adicionais de tempo de serviço e outros erros;

- quando da aplicação da isonomia salarial dos/as professores/as, apesar da lei ter sido publicada no dia 10 de julho de 2011, os valores devidos só foram pagos no mês de agosto. Neste caso, novamente os/as servidores pagaram imposto de renda a mais.

- Constatamos erro no cálculo do IR (sempre a maior para a Prefeitura) nos meses de julho e agosto para quem tem dois cargos na PMD. Apontamos o erro ao Departamento de Recursos Humanos e neste caso alegaram que valores foram devolvidos. A funcionária que reclamou para o Sindicato teve os valores devolvidos em outubro, porém não sabemos se o mesmo ocorreu com os demais lesados por mais um “erro” do Departamento de Recursos Humanos da PMD. Se você tem dois cargos, confira o seu holerite.

Por mudanças urgentes no Departamento de Recursos Humanos

Muitos outros descontos indevidos podem ter sido feitos ao longo dos anos, sem que os erros tenham sido descobertos!

A Administração deveria avaliar os sucessivos erros com profissionalismo e seriedade, dar transparência aos métodos utilizados no Departamento de Recursos Humanos, apurar o real tamanho do prejuízo aos servidores e corrigir definitivamente os graves erros que aparecem a cada dia.

O Sindicato enviou para a Receita Federal relatório sobre a questão dos descontos indevidos e possibilidade de devolução. A coordenadora do Plantão Fiscal já adiantou verbalmente que:

a) Do ponto de vista administrativo da Prefeitura, o cálculo do IR é dos valores recebidos no mês, logo não houve ilegalidade no desconto;

b) Como o desconto foi feito a maior e o imposto de renda é receita municipal, não existe ilegalidade na devolução.

Nas reuniões com o Sindicato, a Prefeitura alega que “o Tribunal de Contas pode considerar a devolução ilegal”, porém nunca apresentou nenhum documento do Tribunal ou da Receita Federal afirmando que a Administração **não pode devolver o que descontou a mais dos/as servidores.**

Como a PMD não tem feito o menor esforço para resolver o problema, o Sindicato vai solicitar ao **Tribunal de Contas** um parecer sobre a questão do desconto dos grevistas, bem como dos outros procedimentos lesivos adotados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.



2011 - Um ano que jamais será esquecido

Janeiro

Bom começo

Sindicato ganha na Justiça direito dos servidores à Aposentadoria Especial



A ação judicial movida pelo Sindicato foi julgada em 19 de janeiro, o Tribunal de Justiça de São Paulo mandou a Prefeitura de Diadema criar legislação para viabilizar a aposentadoria especial aos servidores públicos. A Prefeitura tentou embargar, porém a direção do Sindicato conseguiu incluir no Acordo Coletivo 2011, que a Prefeitura reconhecesse o direito e não entrasse com recurso. No momento, Comissão integrada pelo Ipred, Administração e Sindicato trabalham na elaboração da legislação que vai garantir a aposentadoria especial para quem trabalhou em áreas insalubres.

Fevereiro

Aquecendo os tambores - No dia 17, Assembleia aprova da Pauta de Reivindicações de 2011.



Promoção na GCM

Realizada a segunda e última etapa (TAF e Teste de Aptidão Física) do primeiro concurso interno para evolução funcional da GCM. Em abril, 82 guardas foram promovidos, correspondendo a 42% do efetivo.

Abono Compensatório - No dia 28, pagamento da última parcela do abono de 2010. O total do abono, de 50% de um vencimento, foi pago em três parcelas e foi a forma encontrada de assegurar que os servidores não tivessem perdas no ano de 2010.

Março

Campanha Salarial 2011: é hora de mobilização, unidade e luta.

No dia 16/03, na primeira Reunião realizada entre a PMD e a Direção do SINDEMA, a Administração rejeitou todas as reivindicações prioritárias da categoria sobre remuneração, reajuste de benefícios, reconhecimento de direito constitucional, plano de carreira, regulamentação de jornadas de trabalho.

Começa a pressão: Assembleia realizada no dia 17/03 aprovou proposta de pressionar a Prefeitura com a realização de paralisações setoriais de 23 a 31 de março e atos junto à população.



No dia 23 de março, paralisação e passeata até o Paço Municipal com os trabalhadores dos setores de Obras, Solo e Cimento, Viaduto, Maquinas Pesadas e Transporte.

Atos na UBS Centro, Eldorado, Casagrande, Paineiras, Promissão e no CAPS Centro. No dia 31 de março, na Central de Atendimento.

Abril

Sindicato na rua

Em abril, panfletagem com carta à população e esclarecimentos sobre a situação dos servidores e a intransigência da Prefeitura nos bairros: Vila Nogueira, Promissão, Marilene, Casa Grande, Serraria, Taboão, Piraporinha, Inamar, Centro, Canhema, Paineiras, Conceição e Eldorado.

Basta de enrolação - No dia 7 de abril, Assembleia rejeitou dar prazo de 90 (noventa) dias para verificarem se poderiam propor algum reajuste em 2011 e aprovou novo calendário com paralisação, mobilização e ato.



Educação pára - Paralisação da Educação no dia 14 de abril

É greve - A maior greve dos últimos anos mostrou que a nossa categoria conhece o valor do seu trabalho e compromissos assumidos com os/as trabalhadores/as têm que ser cumpridos.

Prefeitura propõe 10,4% de reajuste somente em 2012, categoria deflagra greve por tempo indeterminado a partir de 28 de abril. Governo Mario Reali descumprir compromisso de reposição anual da inflação e não acumulação de perdas salariais no seu governo. Foram 23 dias que abalaram Diadema, com manifestações de rua em todos os bairros da cidade e com enorme apoio popular. Incapaz de um processo de negociação sério e transparente, a Prefeitura entrou na Justiça contra o Sindicato e os trabalhadores/as. A greve terminou diante de determinação judicial, que impôs à Prefeitura prazo para negociação e o pagamento dos dias parados mediante reposição. A negociação começou em junho e terminou em agosto.

Junho

Exemplo de Democracia Sindical - Nos dias 08 e 09 de junho acontece a eleição de renovação da direção do Sindicato para o triê-



nio 2011-2014. Duas chapas concorrem e a eleição transcorre sem nenhum incidente ou questionamento. A **CHAPA 01** é vencedora e reelege para o segundo mandato a presidenta Jandyra Uehara, cerca de 50% da diretoria é renovada, aumentando a representação na Educação e Saúde na diretoria do Sindicato.

Julho



Festa Junina - centenas de funcionários públicos se reencontram para dançar e brincar.

Conquista da greve: isonomia para todo o magistério

No dia 7 de julho, conforme acordo entre Sindicato e Governo Municipal foi aprovada a Lei Complementar nº 330/11, que instituiu a isonomia salarial para os professores com formação em Pedagogia. No dia 30/08 estes/as professores/as receberam seus salários com o ajuste salarial e os valores retroativos referentes ao mês de julho. Em 30/09 professores/as em estágio probatório com os pré-requisitos também passaram para nova tabela salarial.

Posse da diretoria eleita - No dia 13 de julho, toma posse da Nova Diretoria para triênio 2011-2014.

Agosto

Sai o Acordo – Depois de dois meses de exaustivas reuniões entre o Sindicato e representantes do Governo, somente em agosto a PMD formaliza proposta de acordo coletivo. No dia 08/08, Assembleia da categoria aprova a proposta.

Direitos para Frente de Trabalho – Sindicato conquista melhorias significativas para os bolsitas da Frente de Trabalho: licença maternidade, recesso, insalubridade e formação profissional entram na Lei.



Setembro

Conquistas da luta de 2011

- Reajuste do vale- de R\$ 190,00 para R\$ 203,00.
- Servidores que cumprem a jornada de trabalho de 12 por 36 horas, passam a ter duas folgas mensais.
- Abono de R\$ 400,00 é pago para todos os/as trabalhadores.



Outubro

Esta Festa é nossa - Festa Comemorativa do Dia do Funcionário Público, no dia 27/10, Clube Okinawa.



Nova conquista em 2011 : Cerca de 1400 servidores, das referências 1 a 4, passaram a receber o vale-refeição que corresponde a R\$ 6,00 por dia, perfazendo um total de R\$ 132,00 referente a 22 dias. Agora a luta é aumentar o valor e estender a todos os servidores

Novembro

Fim da integração – Sindicato participa de Ato e mobilização contra o fim da Integração EMTU nos Terminais de Ônibus em Diadema
Agentes Comunitários de Saúde- Finalmente haverá concurso público e estes/as trabalhadores/as da Saúde passarão a integrar o quadro de servidores municipais. Sindicato mobiliza agentes comunitários de saúde terceirizados e negocia com a Secretaria da Saúde salário maior (da referência 2 para 3), regime estatutário e extensão dos direitos do Estatuto dos Funcionários Públicos, entre outras questões.



Em dezembro de 2011:

Início do pagamento do reajuste salarial para os anos de 2011 e 2012. Será um total de 12,46% assim divididos: 4% em dezembro/2011, 2% em março/2012, 2% em agosto/2012, 2% em setembro/2012 e 1,9% em novembro/2012 (condicionado ao limite da LRF).

Queremos IR cobrado a mais de volta - Realização de panfletagens nas UBs Eldorado, Parque Reid, Promissão, Casa Grande, Nova Conquista, Nogueira, Vila São José, Canhema, ABC, Piraporinha, Nações e CRT denunciando a não devolução da cobrança indevida de Imposto de Renda por parte da PMD.

30 Horas para a Saúde - Conferência Nacional de Saúde - Sindicato participa da Conferência Nacional de Saúde e do Ato em Brasília pelas 30 Horas para a Enfermagem.

Estatuto do Magistério – Realizadas seis Plenárias com professores/as para a discussão da Minuta do Estatuto do Magistério postado no Portal da Educação no dia 1º de novembro. Assembleia no dia 15/12 discute e vota os pontos polêmicos.



Conferência nacional de Saúde declara apoio às 30 Horas

No último dia da Conferência Nacional de Saúde, delegados de todo país, reunidos em Brasília durante a 14ª edição do evento, aprovou uma moção que pede ao Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei 2295 – que estabelece a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem em 30 horas semanais. Esse apoio oficial tem um enorme significado político, visto que revela o entendimento da principal instância do país na formulação das políticas públicas na área da saúde.

Na abertura da conferência (dia 1º), defronte ao local dos debates (Centro de Convenção Ulysses Guimarães), sindicatos e as organizações representativas, promoveram um grande ato público em defesa da aprovação do PL das 30 horas e cobraram que o Congresso Nacional coloque em votação e aprove o PL 2295. O Sindema – Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema esteve presente no ato de manifestação da qual participaram as diretoras sindicais Ana Maria (Quarteirão da Saúde) e Cida (Hospital Municipal).

Pelo fim das terceirizações, convênios e cessão das gestões dos serviços públicos de saúde.

O Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde aprovou um conjunto de propostas sobre a gestão e a execução das ações e serviços de saúde. Agora é lutar para que os governos cumpram as deliberações. Vejam algumas das propostas aprovadas na Conferência:

- Garantir que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as esferas de gestão e em todos os serviços, seja 100% pública e estatal, e submetida ao Controle Social ;
- Rejeitar a cessão da gestão de serviços públicos de saúde para as Organizações Sociais (OS), e solicitar ao Supremo Tribunal Federal que julgue procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 1923/98, de forma a considerar inconstitucional a Lei Federal nº 9.637/98, que estabelece esta forma de terceirização da gestão;

Wilson Dias/ABR



- Rejeitar a cessão da gestão de serviços públicos de saúde para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ;
- Rejeitar a proposição das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP), contida no Projeto de Lei nº 92/2007, e as experiências estaduais/municipais que já utilizam esse modelo de gestão, entendido como uma forma velada de privatização/terceirização do SUS;
- Garantir que os convênios e contratos do SUS sejam apreciados e aprovados previamente pelos conselhos de saúde, nas três esferas de governo, antes de sua assinatura, e aumentar os recursos destinados ao fortalecimento dos órgãos de fiscalização, controle e auditoria do SUS;
- Respeitar a constituição e as leis orgânicas do SUS, de forma a restringir a participação da iniciativa privada no SUS ao seu caráter complementar; que as três esferas de gestão garantam o investimento necessário para a redução progressiva e continuada da contratação de serviços na rede privada até que o SUS seja provido integralmente por sua rede própria;
- Submeter aos Conselhos de Saúde, inclusive durante o processo de elaboração do orçamento da área da saúde, os Projetos de Lei elaborados pelo Poder Executivo que tenham relação com as políticas públicas de saúde, para apreciação, debate e deliberação antes de enviar ao Legislativo.

Prefeitura envia para a Câmara renovação do convênio com a SPDM



A Prefeitura pretende continuar com a terceirização na saúde via SPDM. Na semana passada foi enviado projeto de lei para a Câmara renovando o convênio por mais um ano.

O Tribunal de Contas do Estado já intimou a Prefeitura a realizar concurso para agente comunitário de saúde e acabar com a contratação terceirizada pela SPDM.

A Prefeitura cumpriu a orientação e já foi aprovada a criação do cargo de agente comunitário de saúde e agente de controle de endemias. Nada justifica a contratação de enfermeiros/as, auxiliares, técnicos, dentistas e administrativos pela SPDM tirando as vagas de dezenas de concursados à espera da chamada.

Agora que foi solucionado o problema dos/das agentes comunitários/as de saúde, o Sindicato vai entrar com medida judicial para acabar com estas contratações que lesam o direito dos concursados.

ETCD – Solidariedade aos demitidos

Em junho de 2010, o Governo Municipal aprovou lei referente à autorização legislativa para concessão das linhas de ônibus então pela ETCD.

Na época, quanto à manutenção dos postos de trabalho, o governo municipal se comprometeu a “colocar no edital de concessão, item que prioriza a contratação dos funcionários da ETCD pela nova operadora”.

Passado mais de um ano, a maioria dos funcionários da ETCD está na rua, pois garantia de emprego dos trabalhadores/as não foi negociada.

Para piorar, os ex-funcionários vão entrar na Justiça porque estão sendo lesados também nas rescisões, com cálculos apurados abaixo do que tem direito de receber.

Todo o nosso apoio e solidariedade aos trabalhadores/as demitidos da ETCD.



Sobre aposentadoria especial

Já foi formada a comissão para a implantação da APOSENTADORIA ESPECIAL. Integram a comissão, representando a PMD, Ailton Germano (Sec. De Assuntos Jurídicos), João Garavelo (Sec. De Gestão de Pessoas) e Roberto Rusticci (Diretor Recursos Humanos). Pelo IPRED, Roberto da Silva (Diretor Superintendente) e Mário (Diretor do IPRED). Pelo SINDEMA, os diretores (as) Rosa (diretora liberada), Nádia (SACS), Cida (HM) e Benedito (OBRAS).

Aconteceram duas reuniões onde a PMD informou que já está providenciando funcionários administrativos para compor a infra-estrutura necessária para atender aos funcionários que vierem requerer a aposentadoria. Os departamentos jurídicos do SINDEMA, da PMD e do IPRED estarão formulando uma proposta de normativa para ser discutida na comissão.

Na próxima reunião, ainda em dezembro, participarão os técnicos do SEESMET para apresentação e balanço dos laudos prontos e os que faltam concluir.

Plano de Carreira *Dois pesos e duas medidas?*

Na semana passada foi aprovado na Câmara Municipal generosas alterações no Plano de Carreira dos Advogados da Prefeitura. Este Plano existe desde 1999, e concede a estes/as funcionários/as condições muito melhores que aquelas garantidas aos GCMs — guardas municipais e professores, segmentos da categoria que também têm Plano de Carreira.

O problema não é a valorização dos procuradores, mas a desvalorização do restante da categoria, que está há mais de 16 anos à espera do Plano de Carreira.

Ora, se a Administração se comprometeu a apresentar proposta de plano de carreira para o conjunto dos servidores nos próximos meses (março é a data limite) porque enviar este Plano agora?

A resposta é simples: dois pesos e duas medidas. Nas reuniões com o Sindicato, a Administração não quer nem ouvir falar, por exemplo, na valorização da antiguidade do servidor e para os procuradores a Prefeitura cria o enquadramento por tempo de serviço com a seguinte justificativa:

Com esta mudança pretende-se reconhecer a experiência profissional e a conseqüente evolução técnica dos Procuradores, observada a cada quinquênio de efetivo trabalho, o que, inquestionavelmente vem favorecer o Município, na medida que contribuirá para a fixação do profissional no quadro funcional, evitando, assim, a rotatividade que hoje enfrentamos e, mais ainda, criando maior identidade entre o servidor e a Municipalidade.

É bom ressaltar que a rotatividade de advogados na Prefeitura é bem menor do que aquelas verificadas nas áreas da Saúde e da Educação. A experiência profissional é um aspecto que deve ser valorizado para todo/a servidor.

Como não existem diretrizes justas e equânimes para com o conjunto do funcionalismo só a luta pode trazer avanços, valorização e justiça.



Conheça na íntegra o projeto de lei do Plano de Carreira dos procuradores (advogados) aprovado na semana passada. Acesse www.sindema.org.br

Para um ano melhor, associe-se ao Sindicato



O ano de 2011 foi de muita luta, mas também de conquistas. Sindicato forte é categoria forte. Ao fortalecer o Sindicato, você também fortalece a luta da categoria por melhores salários, condições de trabalho e mais direitos e conquistas.

Para isso é fundamental que todo/as os trabalhadores/as se associem ao SINDEMA e participem das nossas atividades. Para atender bem a todos/as, o Sindicato disponibiliza recursos materiais e humanos durante todo o ano.

Os associados contam com o total apoio do nosso Departamento Jurídico, que já conseguiu reverter centenas de situações de desrespeito aos direitos dos servidores, além de inúmeras ações coletivas em defesa da categoria.

O Sindicato possui dezenas de convênios que garantem descontos em escolas, universidades, psicólogos, terapeutas corporais, academias, lojas, seguros pessoais e patrimoniais e inúmeros prestadores de diversos serviços.

A taxa mensal de sindicalização é de apenas 1% do salário base.

Colônia de Férias oferece condições especiais para os/as associados do Sindema



COLÔNIA DE FÉRIAS SINPROVESP - ITANHAÉM

15% (quinze por cento) de desconto para associados do SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA e seus dependentes.

Recreação com equipe de monitores, hidroginástica na piscina, caminhada monitorada, cardápio variado.

SINPROVESP

AV. CONDESSA DE VIMIEIROS, 1285

CENTRO – ITANHAÉM-SP

TEL.: (13) 3422-1864 – 3426-7602 - FAX: 3426-7830

<http://www.coloniasinprovesp.com/>

Acesse sindema.org.br

O site do Sindicato está cada vez mais acessado. Até novembro foram quase 55.000 acessos, mostrando que os/as servidores estão utilizando cada vez mais esta importante ferramenta de comunicação entre o Sindicato e a categoria. No site você encontra nossos jornais e fotos, toda a legislação municipal referente ao funcionalismo, cartilhas, publicações, informativos, relação de convênios e muito mais.



Convênio Médico

Passaram pela sede do Sindicato para tratar de questões relativas a informações, dúvidas, solicitação de carteirinhas, resolução de problemas e troca, mudança, inclusão ou exclusão dos planos de saúde Santamília ou Intermédica cerca de 7.368 pessoas, entre funcionários e dependentes.

Ações judiciais garantem direitos dos/as trabalhadores/as

Até novembro de 2011, os advogados do Sindicato atenderam 483 associados/as. Destas consultas resultaram mais de 200 requerimentos e petições administrativas e 39 novos processos contra a PMD. Em 2011, foram finalizados 17 processos, todos vitoriosos, entre os quais o direito à aposentadoria especial para trabalhos insalubres e o direito definitivo ao vale transporte para quem mora fora da região metropolitana, além de processos individuais.

Atenção para o período de recesso das atividades sindicais

Os funcionários e a Diretoria do Sindicato estarão de recesso de 23 de dezembro a 1º de janeiro. O Departamento Jurídico volta a atender a partir do dia 16 de janeiro.

EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva; Mara Neide Ferreira Linhares Hora; Domingos Tomáz de Souza; Antonio Carlos Gonzaga; Roseli Aparecida de Souza; Ana Maria da Silva Santos; Maria Aparecida de Moraes Ribeiro; Edilei Ruth Teixeira de Oliveira; Benedito de Oliveira Lima; Shedd Pegáz; Fonlana Cheung; Floripes de Aguiar Kikuti; Cristiane Alves Tibúrcio. **Conselho Fiscal:** Luis Roberto Bezerra de Paiva; Rosânea das Dores Mendes; Nadia Helena Guardini; Neide Soares Fonseca; João Batista Andrade; Kelli Cristina Cursino. **Representantes junto à Federação:** Renilva Mota Ferreira; Epaminondas R. de Oliveira Filho; Jacqueline de Souza Simões; Francisco Pereira Alencar.

Jornalista responsável: Gonzaga do Monte (MTb 10835) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4055-3288 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br